

O CONCEITO DE LEGITIMAÇÃO EM LYOTARD: A DESLEGITIMAÇÃO E A AÇÃO ONTOLÓGICA DOS JOGOS DE LINGUAGEM WITTGENSTEINIANO

Raquel Célia Silva de Vasconcelos¹

Resumo: O objetivo deste ensaio é analisar como Jean-François Lyotard expõe de maneira descritiva, os *pressupostos objetivos* que falam de uma transformação radical na maneira como o saber é produzido, distribuído e legitimado nos campos mais avançados do capitalismo contemporâneo. A crise da metafísica na sociedade pós-moderna é observada na tese do fim das *metanarrativas de legitimação* do saber e da política, o que significa a perda de atração pelas ideias ostensivas da modernidade clássica. A diferença do enfoque da ciência pelas sociedades moderna e pós-moderna (ou sociedades avançadas) interfere na legitimação da ciência. A transformação cultural nas sociedades avançadas afetou as regras dos jogos nos campos da ciência, da literatura e das artes desde o final do século XIX, transformação causada pela crise dos *relatos* com o positivismo científico. Surge a lógica do melhor desempenho inconsistente firma-se porque procura-se um menor trabalho que reduza os custos de produção e, simultaneamente, um maior trabalho para reduzir a carga social da população inativa. A ciência, por meio dos bancos de dados, tem a função de organizar, estocar e distribuir informações, transformando-as em um conjunto de mensagens traduzidas numa linguagem informatizada, reduzindo, assim, o conhecimento científico e os demais conhecimentos à tradução do computador.

Palavra-chaves: Legitimação; Deslegitimação; Jogos de Linguagem; Agonística Geral; Ciência.

Abstract: The purpose of this essay is to analyze how Jean-François Lyotard exposes descriptively, objectives assumptions that speak of a radical transformation in the way knowledge is produced, distributed and legitimized in the most advanced fields of contemporary capitalism . The metaphysical crisis in postmodern society is observed in the thesis of the end of meta-narratives of legitimation of knowledge and policy , which means the loss of attraction to overt ideas of classical modernity. Unlike the approach of science by modern societies and postmodern (or advanced societies) interferes with the legitimation of science. The cultural transformation in advanced societies affected the rules of the games in the fields of science, literature and the arts since the late nineteenth century , transformation caused by the crisis of the reports with the scientific positivism. Comes the logic of the best inconsistent performance shall be established because demand is less work to reduce production costs and , simultaneously , a larger work to reduce the social burden of the inactive population. Science , through databases, serves to organize, store and distribute information , transforming them into a set of messages translated in a computer language, thus reducing the scientific knowledge and other knowledge to the computer translation.

Key word: Legitimacy; Delegitimization; Language Games; General Agonística; Science .

¹ Doutora em Educação – UFC. Professora da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO

Introdução

Meu objetivo neste ensaio é verificar as análises de Lyotard, em sua obra *A condição pós-moderna*, acerca da legitimação e da deslegitimação do estatuto da ciência que têm como pressupostos apontar a radicalização no modo de produção, distribuição e legitimação do saber nas áreas mais avançadas do capitalismo contemporâneo. Essa radicalização e a transformação na forma de produção do conhecimento científico tem origem na *crise da ciência* (e da *verdade*) ocorrida nas últimas décadas do século XIX. Neste contexto, a universidade e a ciência passam a se vincularem à lógica do saber informacional operado pela máquina que, por sua vez, traz uma tecnologia delineando um saber resultante de uma ciência aplicada.

Nesse aspecto, como validar os saberes que não passam pelo crivo legitimador da ciência? E como se localiza o sujeito do conhecimento diante da exteriorização do saber? E ainda, em que medida a ciência deslegitima os saberes que desvinculados de seu critério legitimador que, em ultima instância, tem como válida a operacionalidade do saber? Nesse sentido, não seria necessário pensar o vínculo social como o critério de legitimação dos saberes que não convergem com o discurso científico? Então, como tornar o vínculo social o legitimador de validade dos saberes não científico e do saber científico?

Nessa perspectiva, são três as hipóteses que justificam a pretensa discussão: a primeira hipótese perpassa a diferença de enfoque no processo de legitimação da ciência nas sociedades avançadas (pós-modernas), delineando uma transformação cultural que afetou as regras de jogo nos campo da ciência, da literatura e das artes desde o final do século XIX, resultante da crise dos discursos metafísicos. A segundo hipótese, encontra-se na analisa do conflito entre a ciência e os relatos do ponto de vista dos próprios critérios de legitimação das regras de jogo dos relatos e da ciência. A terceiro hipótese aponta que o *metadiscorso* permitia o consenso de um enunciado veraz entre remetente e destinatário, pois nas regras de jogo deveriam estar contida a convivência mínima de dois discursos. Para Lyotard, é preciso incluir a *agonística ontológica nos jogos de linguagem* para que se permita o *dinamismo social*, facilitando, assim, o vínculo social como possibilidade de uma legitimação dos saberes na sociedade tecnológica.

O problema da legitimação e seus efeitos sobre o poder e as instituições civis

O problema da legitimação do saber científico demonstra que é preciso, do ponto de vista de Lyotard, problematizar acerca do paradigma geral do progresso da ciência e da técnica uma vez que o avanço tecnocientífico estão diretamente vinculado ao crescimento econômico e ao controle sociopolítico dos países que controlam o conhecimento científico. Há um consenso que o saber tecnocientífico se acumula, tal consenso, na visão de alguns teóricos, aponta para uma preocupação apenas para com a forma de acumulação desses saberes e da possibilidade quanto a regulamentação dos mesmos de modo contínuo e unânime. Para outros teóricos, o consenso estaria na crença de que a acumulação daquele saber se daria periodicamente, descontínua e conflituosamente. Isso demonstra que o saber científico não seria capaz de abranger a totalidade do saber como creem os positivistas, e, assim, sua verdade delinea o campo da ciência e da tecnologia.

Contudo, o saber científico não é todo o saber, ele apenas comporta um saber com métodos específicos e técnicas próprias que pretendem desvendar e desvelar a natureza e a realidade objetivamente, diferentemente de outras formas de conhecimento (arte, teologia, popular e filosofia) e do saber narrativo. O Positivismo, no entanto, coloca o “paradigma geral do progresso das ciências e das técnicas”² correspondente ao “crescimento econômico e ao desenvolvimento do poder sociopolítico”³, mudando o paradigma de legitimação da ciência. Para o Positivismo, os fenômenos sociais e físicos podem ser reduzidos a leis gerais da ciência, conseqüentemente, a Filosofia fica reduzida a um conhecimento cuja finalidade é o aperfeiçoamento moral e político do homem. Ademais, tal aperfeiçoamento tem como pressuposto o lema “Ordem e progresso” que, por sua vez, conduziria a humanidade a libertação social e política pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Com isso, o Positivismo reduz todos os fenômenos à verdade da ciência.

No entanto, nas sociedades modernas, anterior ao aparecimento do Positivismo, a Filosofia tinha a função de legitimar o estatuto da ciência uma vez que o *metadiscurso* permite os relatos conduzirem o discurso à ruptura das contradições, pois acredita-se em um consenso de um enunciado veraz entre remetente e destinatário a partir do discurso metafísico-filosófico. Assim, a regra está contida numa perspectiva de uma unidade possibilitada pelo uso da razão, com a qual o sujeito do conhecimento busca o saber para um

² *Idem*, p. 12.
³ *queIbidem*.

fim ético-político e pela paz universal resultante de enunciados que trazem um consenso forjado a partir da pseudo eliminação das contradições. Contudo, a legitimação do saber se daria a partir do discurso metafísico-filosófico que seria utilizado no intuito de validar as instituições que regem o vínculo social, pois, no tocante a justiça e a verdade, o *metarrelato* facilitaria à justiça e à verdade o mesmo grau de credibilidade comum ao saber narrativo.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o saber narrativo permite a interioridade e a conviviabilidade uma vez que ele perpassa “a experiência (*Erfahrung*) como o fruto do trabalho”⁴ que resulta da interiorização e da convivência social. Ao se reduzir os fenômenos social e físico à verdade da ciência e à operacionalidade da tecnologia, vê-se surgir uma crise dos relatos e, conseqüentemente, “a incredulidade em relação aos metarrelatos”⁵. Com isso, nasce a “crise da Filosofia Metafísica e da instituição universitária que dela dependia”⁶, pois verifica-se a dispersão da Filosofia nos elementos de linguagem narrativos, denotativos, prescritivos e descritivos, nos quais existe uma veiculação de validades pragmáticas. Na verdade, não existe estabilidade nas combinações de linguagem quando as propriedades dessas combinações, formadas pelo próprio homem, necessariamente, não se comunicam.

Com isso, surge a lógica do melhor desempenho inconsistente, sobretudo no aspecto da contradição no campo social e econômico, pois busca-se ao mesmo tempo um menor trabalho que reduza os custos de produção e um maior trabalho para reduzir a carga social da população inativa. Para Lyotard, existe um estranho desencanto em relação à positividade cega da *deslegitimação* uma vez que a tecnologia é fornecedora do critério operacional que, por sua vez, não tem pertinência para se julgar como verdadeiro e justo. O saber pós-moderno, além de ser um instrumento de poder, também conduz as subjetividades para uma realidade múltipla e reforça a capacidade humana de suportar o imensurável. Para o autor, o saber pós-moderno “não encontra sua razão de ser na homologia, dos *'experts'*, mas na paralogia dos inventores.”⁷

O mundo pós-moderno cibernético e informativo, no intuito de conhecer o mecanismo de produção, buscando estabelecer a compatibilidade entre a linguagem e o computador, expande crescentemente seus estudos e suas pesquisas sobre a linguagem. Nesse contexto, há também um aperfeiçoamento de estudos das inteligências artificiais a partir do conhecimento da estrutura e do funcionamento do cérebro humano bem como do mecanismo da vida. O

⁴ BENJAMIN, Walter. Ócio e ociosidade. In: _____. *Passagens*, p. 840.

⁵ *Idem*, p. xvi.

⁶ *Idem*, p. vxi.

⁷ *Idem*, p. xvii.

grande interesse da sociedade do capitalismo avançado é o de se informatizar com o auxílio da ciência, da tecnologia e da política de incentivo. Desse modo, o saber científico se exterioriza, isso significa o aparecimento de um novo estatuto que diretamente interfere na legitimação da ciência, pois a

a legitimação é um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar esta lei como norma. Considere-se um enunciado científico; ele está submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico. Aqui, a legitimação é o processo pelo qual um “legislador” ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas (em geral, condições de consistência interna e de verificação experimental) para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica.⁸

Contudo, a legitimação desde a filosofia clássica (Platão) está vinculada à legitimação do legislador, isso significa que o poder de decisão sobre a verdade corresponde ao poder sobre a justiça, mesmo que o enunciado dos discursos emitidos estejam submetidos a autoridades de natureza diferente. Diante disso, desaparece a ciência como “uma atividade nobre, desinteressada, sem finalidade preestabelecida, sendo que sua função primordial era romper com o mundo das “trevas”, mundo do senso comum e das crenças tradicionais, contribuindo assim para o desenvolvimento moral e espiritual da nação.”⁹ Neste contexto, nasce a ciência que opera com o saber científico como discurso.

O fim da atividade científica como práxis para a formação do espírito e o nascimento do saber científico como discurso

No mundo pós-moderno o grande produto comercial é a informação e, no contexto informacional, a ciência aplica seu saber por meio da tecnologia, cuja função é organizar, estocar e distribuir informações. Desse modo, a ciência tem na tecnologia a aplicação do saber científico. Logo, não se pode pensar uma ciência fundamentada num espírito presente ou numa divindade presente uma vez que a ciência, por meio do uso da tecnologia, busca a fundamentação de seu saber em si. Portanto, na sociedade pós-moderna, a ciência é vista como um conjunto de mensagens que podem ser traduzidas numa linguagem informatizada, permitindo a tecnologia tornar-se uma ciência aplicada. Assim, o novo momento aponta uma saturação das funções necessárias do bom desempenho dinâmico da universidade e da pesquisa, enquanto instituições produtoras de conhecimento legitimado pelo sujeito analítico

⁸ LYOTARD, *A condição pós-moderna*, p. 13.

⁹ *Idem*, p. ix.

e sistêmico. Nessa perspectiva, qualquer saber reprovado pela tradução do computador não é considerado um saber científico, inviabilizando a ação de subjetividades produtoras de saberes desvinculado do saber tecnológico.

Nesse contexto, a pesquisa científica passa a ser condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática, e o que escapa ou transcende tais possibilidades tende a não ser operacional, já que não pode ser traduzido em *bits*. Assim sendo, a atividade científica deixa de ser aquela **praxis** que, segundo a avaliação humanístico-liberal, especulativa, investia na formação do espírito, do sujeito razoável, da pessoa humana e até mesmo da humanidade.¹⁰

Nesse sentido, a riqueza, na sociedade pós-moderna, advém do saber acumulado em bancos de dados, conduzindo os países à competirem entre si, afetando tanto o aspecto político quanto o aspecto econômico, pois a disputa não mais se dá por tonelada anual de matéria-prima ou pelo acúmulo da produção, mas por informações acumuladas em bancos de dados. Atualmente isto faz parte do mercado, pois estocar grande quantidades de mercadorias não é mais praticado, pois mudou a logística do estoque das empresas que tinha como praticar o acúmulo do excedente das mercadorias em depósito. Hoje o estoque é virtual uma vez que a rapidez da informação permite fazer uma previsão de data para a entrega do produto ao comprador. Isto pressupõe que os bancos de dados, muitas vezes, apontam um estoque que não existe, mas que é possível produzir o produto em tempo ábil, pois a velocidade da comunicação virtual permite a empresa comprar a matéria-prima e produzir o produto, obedecendo o prazo estipulado para a entrega. O mesmo ocorre com as universidades e os centros de pesquisas que lidam com dados informacionais em banco de dados para produzirem ciência.

Isto só reafirma que a competição está centrada na quantidade de informação dos campos tecnológico e científico que as instituições (as universidades e os centros de pesquisas) forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como produto comercial. Para Lyotard (1998), o código cibernético delinea ainda mais o processo de massificação e neutralização da singularidade e da existência, pois não é possível pensar a *diferença* diante de uma legitimação do vínculo social e de uma sociedade justa praticável segundo um paradoxo análogo ao da atividade científica. Nesse sentido, é preciso verificar em que consiste esse paradoxo.

A esse respeito a hipótese de Lyotard está concentrada na mudança do estatuto do saber e sua interferência direta na cultura que resultou no avanço da tecnologia. Diante do

¹⁰ *Idem*, p. x.

novo paradigma cultural e do saber científico como discurso, o autor observa que “uma parte das descrições do novo estatuto do saber não pode deixar de ser conjectural.”¹¹ Por isso, o autor se detém na observação de que “o saber científico é uma espécie de discurso”¹². Pode-se observar que há quarenta anos as ciências e as tecnologias de vanguarda manipulam a linguagem afetando “as duas principais funções do saber: a pesquisa e a transmissão de conhecimento.”¹³ Um bom exemplo disso é a genética que tem toda sua teoria analisada a partir de uma leitura cibernética.

No tocante à transmissão de conhecimento, a popularização, a portabilidade e a comercialização dos computadores permitem a circulação mais rápida da informação, isso aponta, afirma Lyotard, “que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (mídia) o fez.”¹⁴ Portanto, as transformações culturais e tecnológicas causaram a mudança da natureza do saber que tornar-se-á, na sociedade pós-moderna, um conhecimento quando tiver caráter *operacional* e quando for traduzido pela linguagem hegemônica da máquina, caso contrário será abandonado. Conseqüentemente, tanto os autores quanto os que fazem uso do saber devem passar pela linguagem tradutora do computador.

Assim, a hegemonia informacional cria sua própria lógica, impondo as outras formas de conhecimento o critério de cientificidade a partir da prescrição cibernética sobre os enunciados. Isto pressupõe a exteriorização do saber em relação ao sujeito produtor de saberes outros, pois o caráter operacional informacional da tecnologia facilita a relação comercial entre os fornecedores e os utilizadores do saber informacional. Isto torna o saber uma mercadoria, por conseguinte, ele assume valor de compra, pois sua produção em grande escala permite aos países ricos dominarem a política, a economia e a cultura.

Nessa perspectiva, o poder de controle do saber tecnológico suscita novos investimentos econômicos e, por conseguinte, ações de controle, por parte dos países detentores da produção tecnológica que, por sua vez, definem quem terá acesso ou não ao conhecimento e quem o produzirá. Isto aponta para o problema da deslegitimação do novo estatuto do saber que opera a partir da legitimação da linguagem informacional uma vez que esta exerce o controle no tocante ao poder público e às instituições civis (sobretudo, empresas

¹¹ *Idem*, p. 3.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Idem*, p. 4.

¹⁴ *Ibidem*.

ligadas à área de telecomunicações e informática). Trata-se de um estatuto que busca informatizar a sociedade, mesmo de maneira diferenciada, sem se preocupar com a originalidade e nem com pretensão de verdade dos discursos, pois a única preocupação da sociedade informatizada é a distribuição de um saber informacional que traz o paralogismo de um discurso legitimador das regras impostas pela máquina.

Isto pressupõe um processo de legitimação do saber atrelado ao poder de quem produz ciência e tecnologia. Assim, as ideias de equilíbrio dos discursos e a convivência social a partir desse equilíbrio seria a saída para se pensar a deslegitimação dos saberes não científico uma vez que os enunciados não devem ser submetido ao critério operacional da ciência que, por sua vez, impõe as demais formas de produção de saber um “conjunto de condições para ser reconhecido como científico.”¹⁵ Não se trata de imposição, como se pode observar, mas do processo de legitimação do novo saber, pois

a questão da legitimação encontra-se, desde Platão, indissoluvelmente associada à da legitimação do legislador. Nesta perspectiva, o direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos respectivamente a esta e àquela autoridade forem de natureza diferente. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política: um e outro procedem de uma mesma perspectiva ou, se preferir, de uma mesma “opção”, e esta chama-se Ocidente.¹⁶

Diante disso, não se pode deixar de levar em consideração a discussão acerca da legitimação do estatuto do saber científico na sociedade tecnológica porque trata-se de um saber que traz implicitamente também a legitimação do poder: “quem decide o que é saber, e quem sabe o que convém decidir?”¹⁷. Tal problematização evidencia a relação intrínseca entre saber e poder. Portanto, o problema do saber no mundo informatizado é mais do que nunca o problema de governo, pois as forças que legitimam e decidem o que é científico, também determinam o que é saber e quem tem o poder de produzi-lo.

Isso aponta a crítica linguística do autor à visão moderna de linguagem uma vez que a linguagem era responsável pela interação social. Nesse sentido, ele reivindica o diálogo entre os diversos discursos como forma de anular a existência de um discurso sobrepondo-se ao outro. Para Lyotard, os discursos devem ser elaborados por meio de *jogos de linguagem* para que se alcance a estabilidade do próprio discurso, pois os discursos instáveis não resultam de combinações semelhantes permitidas por aqueles jogos. Nesse sentido, os discursos instáveis

¹⁵ *Idem*, p. 13.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 14, capítulo 2.

não conseguem estabilidade porque não existe uma verdadeira adequação entre eles. Na verdade, o que existe é uma sobreposição de um em relação ao outro, quebrando com o conceito de *jogos de linguagem* wittgensteineano. Para Wittgenstein, os participantes do jogo são equivalentes no sentido antagônico, não existe perdedor nem ganhador quando se quer que prevaleça a questão cultural, orgânica, social e econômica dos jogadores.

A Agonística Ontológica e os Jogos de Linguagem como Possibilidade para o Vínculo Social na Era da Tecnologia

Se Platão criticava as instituições democráticas ateniense por permitiam qualquer pessoa fornecer um juízo de valor e legitimar sobre a linguagem sem se preocupar com o nível econômico e intelectual, isto significa que, para Platão, a política é uma questão de saber e não de opinião. Nesse sentido, opõe-se a Protágoras e aos sofistas em geral que sempre viram a formação da linguagem no âmbito do relativismo, enfatizando a validade da unidade rígida uma vez que a *doxa* (opinião) é falaciosa, favorecendo a demagogia e a tirania por meio da palavra. Para Platão, a solução para resolver o significado da palavra estaria na Filosofia por ser capaz de desvendar as incertezas da linguagem, isto é, a Filosofia fornece a razão e a capacidade de reflexão que o leva a romper com o senso comum e chegar ao bom senso. E, este, por sua vez, fornece o momento de reflexão que leva o indivíduo ao alcance do *eidós* (essência) da palavra nas dimensões da linguagem, da arte e da política.

Contudo, no tocante as discussões acerca da linguagem, Lyotard aponta para o problema primordial na questão linguística: deve-se verificar como ocorre a elaboração da linguagem e do poder institucionais dentro dos *jogos de linguagem*. Ele observou uma instabilidade nessa elaboração que ocasionou o declínio das instituições burocráticas modernas (Estado e partido político modernos), permitindo o aparecimento de pequenos grupos, ou seja, desloca-se para esses grupos o poder de legitimar os enunciados dos discursos em que a linguagem assume os enunciados imerso na parologia dos *experts*. Neste contexto, tem-se uma ciência legitimada pelo discurso pragmático científico.

Diante disso, Lyotard propõe um método de legitimação que possa mostrar como é extremamente importante, dentro de uma sociedade cibernética, a convivência mínima de dois discursos. Mas, nenhum deve se sobrepôr ao outro porque se isso ocorrer, significa que a legitimação não tem credibilidade. A legitimação deve surgir a partir de uma agonística geral para evitar-se uma exteriorização do saber em relação ao sujeito do conhecimento, nesse

aspecto, é necessário questionar e discutir o critério de *validade* e de *verdade* e, sobretudo se o novo estatuto do saber científico deve ser aceito ou não como legítimo.

No entanto, Lyotard não busca um método rígido capaz de revelar uma verdade absoluta porque não acredita no consenso na sociedade de capitalismo avançado. Então, mostra ser possível essa convivência saudável e, propõe constituir o resultado de análise nos *Jogos de Linguagem*¹⁸ de Wittgenstein uma vez que nesses jogos a legitimação das regras não está em si, mas faz parte de um contrato organizado ou não entre os jogadores. Entretanto, isso não significa dizer que os participantes criem as próprias regras, pois só existe jogo quando as regras estão definidas e, nessas regras, todo e qualquer enunciado participa, caso contrário, não há jogo, mas processo de legitimação de discursos que se impõe tendo como critério a legitimação em si.

Desse modo, Lyotard, a partir das observações do estudo da linguagem proposto por Wittgenstein, utiliza os *Jogos de Linguagem* para alicerçar sua denúncia à legitimação do saber na sociedade cibernética e mostrar que é possível um método em que prevaleça a *pluralidade* no âmbito do discurso da linguagem em relação ao saber. O autor acredita que existe uma semelhança com um método que possa prevalecer a pluralidade nos discursos, pois num discurso quando um remetente fala, seu discurso deve ser combatido pelo destinatário, tal qual ocorre em um jogo. Trata-se de atos linguísticos que devem provir de uma *agonística geral*, porém, é importante observar que dentro desse tipo de jogo não existem perdedores ou vencedores, pois isto

leva a admitir um primeiro princípio que alicerça todo o nosso método: é que falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provém de uma agonística geral. Isto não significa necessariamente que se joga para ganhar. [...] Mas, sem dúvida, mesmo este prazer não é independente de um sentimento de sucesso, sobre um adversário pelo menos, mas de envergadura: a língua estabelecida, a conotação.¹⁹

Por certo, referi-se a um processo contínuo de evolução linguística (cria-se palavras e sentidos da língua), com isso, todos sentem prazer, como se estivessem jogando, não para ganhar ou perder, mas pela participação, embora, o sujeito não seja independente do sentimento de sucesso. Para Lyotard, é fundamental que a agonística da linguagem deva conter seu segundo princípio norteador de sua análise: o vínculo social. Este constitui-se,

¹⁸ Os *jogos de linguagem* constituem um estudo linguístico feito pelo filósofo austríaco Ludwig Josef Johann Wittgenstein, cuja discussão está centrada nos efeitos que a linguagem exerce sobre os diversos discursos. Ele afirma que os Jogos de Linguagem tem o critério de determinar as regras que especificam as propriedades de enunciados denotativos, declarativos e prescritivos, como também, o que deve-se fazer para utilizá-los.

¹⁹ Ibidem, p. 17, capítulo 3.

quando observado, de apostas de linguagem.

Historicamente, desde o século XIX a natureza do vínculo social prendeu-se a dois modelos de sociedade: uma que buscava a formação de um todo funcional (orgânico) de influência francesa dos positivistas que se firmou após o Funcionalismo de Parsons; o outro modelo firmou-se pelos teóricos alemães a partir da teoria de Marx que, por sua vez, via a sociedade com base no *materialismo histórico e materialismo dialético*. No entanto, os dois modelos tinham o Estado como primordial para controlar e direcionar a ciência. Nesse sentido, é necessário um traçado na natureza do vínculo social no mundo moderno para que se compreenda a mudança ocorrida na natureza do vínculo social no panorama pós-moderno.

Na sociedade moderna o vínculo social está centrado em dois modelos metódicos: um que via a sociedade como um todo funcional, inspirado na Escola Francesa de Talcott Parsons a partir do pós-guerra. Essa escola via o princípio do sistema de Parsons com otimismo porque permitia o crescimento da economia, visando uma estabilização econômica uma vez que verificava-se sociedades abundantes, protegidas pelo Estado do bem-estar (ou *Welfare State*) regrado. Nele prevalecia a valorização da relação global entre os dados e o rendimento (ou *input* e *output*) condicionado pelo sistema, cuja função era delimitar a autorregulação da sociedade tanto no campo da teoria quanto no da prática.

Com Parsons, o princípio do sistema é, se se pode dizer, ainda otimista: corresponde à estabilização das economias em crescimento e das sociedades de abundância sob a égide de um *welfare state* temperado. Para os teóricos alemães de hoje, a *Systemtheorie* é tecnocrática, e mesmo cínica, para não dizer desesperada: a harmonia entre necessidades e esperanças dos indivíduos e dos grupos com as funções que asseguram o sistema não é mais do que uma componente anexa do seu funcionamento; a verdadeira finalidade do sistema, aquilo que o faz programar-se a si mesmo como uma máquina inteligente, é a otimização da relação global entre os seus *input* e *output*, ou seja, o seu desempenho.²⁰

Vale ressaltar, nas mudanças das regras causadas por greves, crises, desempenho ou revoluções políticas (ou por transformações sociais) que conduzem a sociedade à uma nova alternativa. Na realidade, tais mudanças não passam de adaptações internas do próprio sistema que sempre busca formas de adapta-se às constantes transformações econômica, histórica, sociopolítica e cultural exigidas pela sociedade. Caso não ocorram as mudanças, tem-se a morte do sistema, ou o fim da *Systemtheorie*. Diante dessa manobra do sistema, temos uma sociedade que vê toda e qualquer transformação uma utopia, pois “um processo ou um conjunto de condições ou bem 'contribui' para a manutenção (ou para o desenvolvimento) do

²⁰

Ibidem, p. 21, Cap. 4.

sistema, ou bem é 'disfuncional' prejudicando assim a integridade e a eficácia do sistema.”²¹ Essa manobra do sistema pode ser comparada ao que Horkheimer denominou de *paranóia da razão*.

O segundo paradigma de sociedade do mundo moderno corresponde a corrente marxista, que admitia o princípio da luta de classes e a dialética como condição efetivação da unidade social a partir do conflito de classe. No entanto, esse paradigma social não foge à totalidade comum à visão Iluminismo que crê na razão emancipatória. Trata-se da efetivação de uma sociedade inspirada na crítica da economia política e na crítica da sociedade alienada, elementos essenciais à programação do sistema.

Assim, contrário à crítica de Horkheimer que define o *Systemtheorie* de Parsons como paranóico, Lyotard não nega a realidade da autorregulação do sistema e o aperfeiçoamento dos fatos e das interpretações na medida em que se faz necessário alterar todo processo político, social e econômico. Portanto, além da crítica é necessário criar um outro sistema que negue essa prática, mas esse não é o caso do princípio da luta de classe de Marx²² que, por sua vez, busca também cumprir a prática do todo social que, conseqüentemente, anula a singularidade e esmagar a diferença. A crítica deve fugir de toda prática que se constitui em uma totalidade que elimina enunciados linguísticos de agonística geral, cuja função é permitir a diferença. Contudo, as transformações históricas forçada pelo modelo de sociedade capitalista e o equívoco da sociedade comunista dirigida por Stalin, levou o princípio da luta de classes a se diluir e perder sua radicalidade e, isso fez tremer a base teórica de Karl Marx, levando-a a ser vista pela sociedade como uma simples

utopia”, a uma “esperança”, a um protesto pela honra feito em nome do homem, ou da razão, ou da criatividade, ou ainda de determinada categoria social reduzida **in extremis** às funções de agora em diante improváveis de sujeito crítico, como o terceiro mundo ou a juventude estudantil²³.

Lyotard aponta a importância de expor um pouco a respeito desses paradigmas sociais porque se torna mais fácil a compreensão da problemática do saber nas sociedades informatizadas, como também, a compreensão do novo estatuto do saber que afetam essas sociedades. Na realidade, tem-se a tentativa de mostrar quais os problemas surgidos após o desenvolvimento e a difusão do estatuto do saber na sociedade pós-moderna e suas

²¹ Ibidem, p. 22, cap. 4.

²² A Escola de Frankfurt ou o grupo *Socialismo ou barbárie*, cujo principal representante é Horkheimer, busca defender as ideias de Marx baseadas no princípio da luta de classes, reduzindo, assim, sua teoria a uma simples utopia, cuja égide encontra-se no princípio da divisão a partir da luta de classes definido na teoria de Marx

²³ Ibidem, p. 23, pp. 2º, cap. 4.

implicações na estrutura do vínculo social. Faz-se necessário conhecer esses modelos de teoria e prática sociais porque pode-se concluir que o saber é o elemento primordial utilizado pelo Estado e pelas instituições dentro dessas sociedades para melhorar o próprio funcionamento delas. Sobretudo quando elas são vistas como uma grande máquina, cuja função é programar todos os acontecimentos históricos, sociais, político e, principalmente, econômico.

Portanto, estamos diante de dois modelos, um homogêneo e o outro dualista intrínseco de sociedade. A homogeneização da sociedade busca um saber funcional e uma razão instrumental, mas a visão dualista de sociedade possibilita a construção de um saber crítico. No entanto, tornou-se difícil escolher entre esses saberes. Buscou-se fugir através de duas correntes de pensamento: o saber positivista que via a ciência e as técnicas como primordiais ao sujeito, utilizando instrumentos de controle através do sistema para o desenvolvimento e funcionamento da sociedade; e ainda tem-se o saber crítico, ou reflexivo, ou hermenêutico que sempre interrogou sobre os valores morais do sujeito ou qual a finalidade da sociedade. São saberes que pressupõe a participação direta do sujeito em sua construção, mesmo sendo manipulado pelo Estado, tem-se neles a presença de uma *agonística geral*.

Dentro dessa perspectiva, Lyotard aponta a importância dos jogos de linguagem, mesmo que a relação entre remetente e destinatário seja mínima, mas se faz necessário para que a sociedade sobreviva, ou seja, para que se presencie o vínculo social. Nesse sentido, os jogos de linguagem mantém vivo esse vínculo, embora nem toda relação social exija a presença dele, mas somente as que envolva as instituições, o Estado e a sociedade. No entanto, dentro de uma sociedade em que as informações são processadas rapidamente tornando-se reais e problemáticas, é essencial que a linguagem (*langagier*) seja primordial e não tenha somente o aspecto manipulador e informador unilateral, mas possa ser expressa livremente.

Vale ressaltar, dentro de uma perspectiva comunicacional, a linguagem lança mensagens diversas tanto na forma quanto no efeito (como uma denotação, uma prescrição, uma avaliação, uma performance e etc.). Neste aspecto, é fundamental não reduzi-la numa linha de comunicação informacional, privilegiando o sistema. O computador tem a função de passar as informações, embora seu programa nasce de enunciados de caráter prescritivo e avaliativo. Contudo, no decorrer do desenvolvimento do sistema esses enunciados não são utilizados na correção das informações, pois a máquina não tem capacidade de reflexão para corrigir no decorrer de seu funcionamento, por exemplo, a maximização das *performances*.

Portanto, que garantias são apresentadas para mostrar que essa maximização leve o sistema social ao fim ideal, quando estamos perante um ser (a máquina) que não possui capacidade cognitiva? E ainda, observa-se que numa teoria da informática a agonística torna-se irrelevante. *O que é preciso para compreender desta maneira as relações sociais, em qualquer escala que as consideremos, não é somente uma teoria da comunicação, mas uma teoria dos jogos, que inclua a agonística em seus pressupostos.*²⁴

Lyotard acredita que a “atomização” do social em flexíveis redes de jogos de linguagem pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática.”²⁵ Com isso, as instituições que evitam a dinâmica dos jogos de linguagem, restringindo a criatividade dos participantes em relação aos lances, serão forçadas a rever as mensagens enviadas à sociedade por seu banco de dados. Lyotard condena a manipulação institucional que controla o discurso em benefício próprio, decidindo o que pode ser falado e o que não pode ser falado e, assim, resulta privilegiando alguns tipos de enunciados de seu interesse. Nesta perspectiva, a saída seria desburocratização institucional, a instituição (Universidade) abrir seus espaços para os instituídos mostrarem a criatividade e dialogarem com as autoridades que gerenciam as instituições. Deve-se eliminar os limites impostos pela instituição em relação à sociedade e dá espaço a reciprocidade nos interesses conjunto.

Ele ainda coloca duas objeções para aceitar o conceito instrumental do saber nas sociedades informatizadas: o saber não é ciência, sobretudo o saber informacional que não consegue esconder a forma como se legitima, também não esconde que se trata de um problema de legitimação tanto do ponto de vista do caráter social e político quanto do científico. Para isso, o autor recorre “à natureza do saber narrativo porque permite examinar, por comparação, discernir melhor pelo menos certas características da forma de que se reveste o saber científico”²⁶. Assim, o conhecimento representa a elaboração denotativa ou descritiva conceitual das coisas do mundo, podendo ser definido como verdadeiro ou falso. A ciência também estaria numa escala inferior em relação ao conhecimento uma vez que é elaborada de enunciados de caráter denotativos, pois

ela imporia duas condições suplementares à sua aceitabilidade: que os objetos aos quais eles se referem sejam acessíveis recursivamente, portanto, nas condições de observação explícitas; que se possa decidir se cada um

²⁴ Ibidem, p. 30, pp. 3, cap. 5.

²⁵ Ibidem, p. 31, pp. 2, cap. 5.

²⁶ Ibid. p. 35, Cap. 6.

destes enunciados pertence ou não pertence à linguagem considerada como pertinente pelos **experts**.²⁷

Mas o conceito saber além de trazer os enunciados denotativos também traça uma dinâmica subjetiva que leva o sujeito do conhecimento a observar a prática cotidiana, ouvir a experiência do outro, pois o saber deve fornecer ao mesmo a competência de proferir não somente enunciados denotativos, mas também enunciados de caráter prescritivo, avaliativos e outros. Para Lyotard “é a afinidade de determinado saber com os costumes”²⁸ que valoriza os enunciados prescritivos ou avaliativos uma vez que ele possui uma **boa performance** de caráter denotativo e técnico. Assim, somente serão adequados os enunciados que estiverem com “os critérios pertinentes (respectivamente, de justiça, beleza, verdade e eficiência) admitidos no meio formado pelos interlocutores daquele que sabe (**sachant**).”²⁹ O critério utilizado para se chegar ao consenso a partir de um determinado saber que inclui o conhecedor e exclui o não conhecedor é denominado pelos filósofos clássicos de *opinião* porque permite uma legitimação correspondente ao consenso cultural.

A própria ideia de desenvolvimento pressupõe o horizonte de um não-desenvolvimento, supondo-se que as diversas competências estão envolvidas na unidade de uma tradição e não se dissociam em qualificações que seriam objeto de inovações, debates e exames específicos. Esta oposição não implica necessariamente uma mudança de natureza na situação do saber entre **primitivos e civilizados**.³⁰

Todavia, os relatos do povo definem o direito de dizer e de fazer na cultura, como também, esses relatos são uma parte da cultura, por isso são legitimados. Portanto, a pragmática da narrativa popular é por si legítima, não é comensurável em relação ao jogo de linguagem ocidental que busca a legitimação através do jogo interrogativo. Ademais, a pragmática do saber científico precisa de seu oposto (a pragmática do saber narrativo) para ser legitimada numa relação tensional. Portanto, o saber narrativo (saber popular) serve como critério de legitimação do saber científico. Este não pode buscar sua legitimação com seus próprios meios uma vez que “o saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não-saber, sem que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cair assim no que ele condena, a petição de princípio, o

²⁷ Ibid. p. 35, Cap. 6.

²⁸ Ibid. p. 36, Cap. 6.

²⁹ Ibid. p. 36, Cap. 6.

³⁰ Ibid. p. 37, Cap. 6.

preconceito.”³¹ Por certo, a realidade sempre fora caracterizada pela heterogeneidade dos gêneros discursivos e não pela harmonia deles. A ideia prática das sociedades atuais é de uma agonística onde os diferentes jogos de linguagem apontam para o atrito e o conflito. Se a linguagem é essencialmente estruturada enquanto agonística, as sociedades também deverão ser entendidas dentro desse modelo conflitual para que o verdadeiro vínculo social prevaleça.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu analisar as discussões em que Lyotard esclarece que o saber representa o poder pelo qual as sociedades devem competir mundialmente, pois, uma vez informatizadas, as sociedades pós-industrial privilegiam-se como potências detentoras do saber tecnológico e científico. O autor aponta que o domínio do saber científico será o principal elemento de conflito das sociedades, controlando a cultura e o vínculo social através das pesquisas científicas determinadas pelo avanço tecnológico e científico. O novo saber cria uma nova lógica para vínculo social que permite ao homem expressar, do ponto de vista da cultura, uma individualidade aprisionado à imagem. Ele torna-se “escravo” porque a imagem expressa o processo de massificação, que mesmo legitimando a identidade, a linguagem, a autonomia e a individualidade, está vinculada ao mercado que, por sua vez, controla as formas de vida a partir de um discurso universalizador e uniformizador por meio da informação e da comunicação determinando o agir social nas sociedades pós-industrial. Com isso, forja modelos identitários imerso no poder de sedução da mercadoria e nos discursos uniformizadores controlados e estabelecidos pela ciência e pela tecnologia.

³¹ Ibid. p. 65, Cap. 9.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Ócio e ociosidade. In: _____. *Passagens*. Belo horizonte: UFMG, 2006.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. 5. ed. Petrópolis-R.J.: Vozes, 5ª ed., 1986.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.